

SUMÁRIO

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
<i>Arts. 1º a 8º-A</i>	
■ PARTE I.....	29
<i>Marcelo Malheiros Cerqueira</i>	
1. Considerações gerais sobre a probidade na Administração Pública e a Lei nº 14.230/2021	29
2. Evolução normativa no campo da improbidade administrativa	38
3. Imperativos constitucionais de tutela da probidade e dos direitos fundamentais dos agentes públicos e terceiros investigados.....	47
3.1. A probidade administrativa como direito fundamental	47
3.2. A natureza jurídica do sistema de improbidade administrativa	50
3.3. O sistema da improbidade administrativa e a incidência de princípios do Direito Administrativo Sancionador	59
3.3.1. Direito Administrativo Sancionador: objeto, princípios e relação com o Direito Penal.....	59
3.3.2. A identidade da improbidade administrativa frente ao Direito Administrativo Sancionador e ao Direito Penal.....	64
3.3.3. Princípio da legalidade	69
3.3.4. Princípio da tipicidade	70
3.3.5. Princípio da (ir)retroatividade	73
3.3.6. Princípio da proporcionalidade/razoabilidade	77
4. A improbidade administrativa e sua interseção com o microsistema de tutela coletiva.....	79
■ PARTE II.....	83
<i>Felipe Gardini</i>	
5. Dos sujeitos do ato de improbidade.....	83
6. Novos contornos do elemento subjetivo do ato de improbidade	91
6.1. Atipicidade por extirpação da culpa: (i)retroatividade e (in)tangibilidade da coisa julgada – Temas nº 1.199 e nº 309 do STF	91
6.2. Dolo genérico x dolo específico x dolo de beneficiamento	103
6.3. Da causa excludente do “ilícito de hermenêutica”	112

7. Da responsabilização das pessoas jurídicas	116
8. Da responsabilidade do sucessor.....	121
Referências.....	125
CAPÍTULO II – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	133
Seção I – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito	133
<i>Art. 9º</i>	
Seção II – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário.....	134
<i>Art. 10</i>	
Seção II-A – (Revogada pela Lei nº 14.230, de 2021)	136
<i>Art. 10-A</i>	
Seção III – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública	136
<i>Art. 11</i>	
<i>Galtieni da Cruz Paulino</i>	
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
1. Introdução	138
2. Visão geral das alterações nos arts. 9º, 10 e 11	141
3. O dolo geral e o dolo específico nas previsões normativas dos arts. 9º, 10 e 11 e a ausência da conduta culposa	149
4. Contornos jurídicos do art. 9º – Dos atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.....	153
4.1. Considerações acerca do disposto no caput do art. 9º.....	153
4.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 9º.....	156
5. Contornos jurídicos do art. 10 – Dos atos de Improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.....	167
5.1. Considerações acerca do disposto no caput do art. 10.....	167
5.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 10.....	178
5.3. Considerações acerca do § 1º do art. 10	196
5.4. Considerações acerca do § 2º do art. 10	198
6. Contornos jurídicos do art. 11 – Dos atos de Improbidade Administrativa que Atentam contra os Princípios da Administração Pública.....	199
6.1. A taxatividade da violação dos princípios da administração pública e o direito fundamental anticorrupção	201
6.2. Os mandados internacionais de proteção e o direito fundamental anticorrupção.....	205
6.3. Do conteúdo dos princípios.....	206

6.4. Princípio da proporcionalidade e a proibição da proteção deficiente	208
6.5. Da segurança jurídica	212
6.6. Da teratologia sistêmica e a necessária interpretação conforme e holística do ordenamento jurídico	215
6.7. Diferença entre tipo, tipicidade e taxatividade	221
6.8. Comentários sobre as condutas elencadas no art. 11.....	224
Referências.....	243
CAPÍTULO III – DAS PENAS.....	249
Art. 12	
<i>André Batista e Silva</i>	
<i>Jonyelson Gerônimo Farias e Silva</i>	
1. Informações preliminares	250
1.1. Das finalidades das penas	258
1.2. Aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise sob a ótica da economia.....	260
1.3. Da mitigação da eficácia e da efetividade da Lei de Improbidade Administrativa: a visão internacionalista e o controle de convencionalidade...	263
2. Sanções em espécie.....	265
2.1. Ressarcimento integral do dano patrimonial.....	265
2.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente.....	272
2.3. Perda da função pública	273
2.3.1. Disposições gerais.....	273
2.3.2. Cassação de aposentadoria como modalidade sancionatória.....	277
2.4. Suspensão dos direitos políticos.....	283
2.4.1. Introdução.....	283
2.4.2. Contagem do prazo	286
2.4.3. Suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade	287
2.5. Da pena de multa civil	294
2.5.1. Introdução.....	294
2.5.2. Das balizas utilizadas para aplicação da pena de multa.....	295
2.5.3. Do destinatário da multa paga.....	300
2.6. Da proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	301
2.6.1. Introdução.....	301
2.6.2. Da extensão da penalidade.....	302
Referências.....	306
CAPÍTULO IV – DA DECLARAÇÃO DE BENS.....	309
Art. 13	
<i>Jonyelson Gerônimo Farias e Silva</i>	
1. A declaração de bens como ferramenta de controle preventivo	309

2. Fontes normativas internacionais e nacionais	310
3. Do monitoramento da evolução patrimonial e da responsabilidade do agente público	313
Referências.....	316

CAPÍTULO V – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL 317

Arts. 14 a 18-A

■ **PARTE I** 325

Bruno Pinto e Silva

Fabrício José da Fonseca Pinto

1. Introdução	325
2. Considerações sobre os arts. 14 e 15 da LIA.....	338
3. Do regime da cautelar patrimonial típica do art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa: cotejo entre a redação antiga e a nova previsão legal do tema....	344
3.1. (In)constitucionalidade da Lei nº 14.230/2021 quanto à reformulação das medidas cautelares patrimoniais.....	347
3.2. Violação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	349
3.3. Demais questões atinentes ao novo regime de indisponibilidade de bens inaugurado pela Lei nº 14.230/2021	366

■ **PARTE II.....** 370

■ **Análise do novo regramento da fase judicial – considerações sobre as modificações introduzidas nos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.429/92** 370

Bruno Pinto e Silva

Fabrício José da Fonseca Pinto

1. Legitimidade ativa para propositura da ação de improbidade administrativa.	380
2. Foro competente para oferta da ação de improbidade administrativa.....	384
3. Requisitos da petição inicial e a tentativa de aproximação entre as esferas de responsabilização sancionatória e penal.....	386
4. Do recebimento da petição inicial e do recurso cabível.....	390
5. Da consensualidade intercorrente e demais reflexos deste paradigma	391
6. Oferta de réplica e determinações judiciais possíveis.....	392
7. Da estabilização objetiva da demanda e demais consequências	393
8. Demais considerações sobre os parágrafos do art. 17	396

Galtieni da Cruz Paulino

9. Natureza Jurídica da Oitiva do Réu em Juízo	398
9.1. Considerações gerais	398
9.2. O Princípio do Contraditório e a Ação de Improbidade Administrativa....	399
9.3. Procedimento de oitiva do réu em juízo	400
10. Do acordo de não persecução cível	401

10.1. Das considerações iniciais.....	401
10.2. Dos requisitos para a formulação do ANPC.....	404
10.3. Das possíveis sanções a serem acordadas – abrangência das cláusulas materiais e processuais.....	408
10.4. O Acordo de Não Persecução Civil na Resolução CNMP nº 306/2025.....	411
10.4.1. Requisitos e juízo de conveniência	412
10.4.2. Conteúdo material e cláusulas obrigatórias	413
10.4.3. Procedimento, confidencialidade e oitiva do ente lesado.....	413
10.4.4. Sistema de duplo controle de eficácia	414
<i>Octahydes Ballan Junior</i>	
10.5. A definição de tipo único pelo juiz na fase de saneamento (art. 17, §§ 10-C, 10-D e 10-F, I)	415
10.5. Colaboração premiada e a ação de improbidade administrativa.....	423
11. Considerações sobre a sentença e demais previsões do art. 17-C da LIA	429
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
11.1. O standard de prova aplicável às ações de improbidade administrativa .	431
12. Enfrentamento das disposições normativas previstas no art. 17-D da LIA	434
13. Apontamentos sobre o art. 18 da Lei de Improbidade Administrativa.....	449
Referências.....	454
CAPÍTULO VIDAS DISPOSIÇÕES PENAIS	461
Arts. 19 a 22	
<i>Frank Monteiro Ferrari</i>	
<i>João Paulo Santos Schoucair</i>	
1. Breves notas introdutórias.....	462
2. Considerações preliminares sobre o art. 19 da LIA.....	466
3. Bem jurídico	469
4. Tipicidade, elemento subjetivo e consumação.....	470
5. Sujeitos ativo e passivo	472
6. Pena e responsabilização civil	472
7. Considerações preliminares sobre o art. 20 da LIA.....	473
8. O afastamento cautelar do exercício do cargo, emprego ou função.....	475
9. Art. 21 da LIA: patrimônio público, erário e o requisito da efetiva lesão como condicionante da imposição de sanções	482
10. A aplicação das sanções de improbidade administrativa e sua independência do julgamento de contas	489
11. A relativização entre as instâncias judiciais e suas repercussões sobre a responsabilização por ato de improbidade administrativa.....	491
12. A investigação de fenômenos ilícitos de corrupção em sua perspectiva material	495
Referências.....	507

CAPÍTULO VIIDA PRESCRIÇÃO 511

Arts. 23 a 23-C

Octahydes Ballan Junior

Ruth Araújo Viana

1. A prescrição na Lei de Improbidade Administrativa: introdução	512
2. Art. 23, <i>caput</i> , da LIA: regra prescricional da ação por improbidade.....	517
3. Art. 23, §§ 1º a 3º, da LIA: o inquérito civil e o processo administrativo para apuração dos ilícitos	520
4. Art. 23, §§ 4º a 8º, da LIA: prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa.....	537
4.1. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por violação material ao direito de ação e ao devido processo legal substancial	540
4.2. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por ofensa à autonomia administrativa e orçamentária do Poder Judiciário	546
4.3. Controle de convencionalidade: a Convenção de Mérida.....	549
4.4. Norma de constitucionalidade progressiva ou ainda inconstitucional: uma alternativa hermenêutica para a validade da prescrição intercorrente.....	553
4.5. Irretroatividade da prescrição intercorrente	555
4.6. Prescrição intercorrente e ADI nº 7.236/DF.....	565
4.7. Prescrição intercorrente e prescrição da execução	569
4.8. Extensão subjetiva e objetiva da suspensão e da interrupção da prescrição.....	569
4.9. Reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente pelo juiz.....	571
4.10. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento de danos ao Erário.....	571
5. Os arts. 23-A a 23-C, incluídos no Capítulo VII da Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021	574
5.1. Da capacitação dos agentes que atuam com prevenção e repressão aos atos ímprobos.....	574
5.2. Das custas e honorários	575
5.3. Desvio de recursos públicos de partidos políticos ou de suas fundações	578
Referências.....	586

CAPÍTULO VIIIDAS DISPOSIÇÕES FINAIS 591

Arts. 24 e 25

Octahydes Ballan Junior

Referências.....	596
------------------	-----